



Diário Oficial Eletrônico

do município de São Caetano do Sul | SP

QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2026

ANO 9

EDIÇÃO Nº 2453

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(1.897.048)	6.488.043
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para demandas judiciais	(1.221.854)	(5.393.507)
Variações nos ativos e passivos:		
Estoques	(1.086.724)	183.721
Outros créditos	(167.976)	(275.666)
Bloqueio judicial	(174)	(917.940)
Fornecedores	7.735.200	(2.284.326)
Obrigações fiscais	541.398	202.027
Obrigações sociais e trabalhistas	(84.308)	(324.595)
Férias a pagar	(953.690)	-
Outros passivos	(1.672.777)	2.452.960
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.631.271	130.717
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.631.271	130.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.665.987	1.535.270
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.297.258	1.665.987
Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa	1.631.271	130.717



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

1 Contexto operacional

(I) Objetivo social

A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

(II) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria SAES/MS nº 2.637, de 7 de março de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 2025, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 134/2025-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.136346/2021-17.

(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

(iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

(v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0%

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações

contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2025 e 2024, o montante de R\$ 33.710.075 e R\$ 32.849.174, respectivamente.

(vi) Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público. O prazo de vigência do contrato é de doze meses, a iniciar em 1 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o alcance de seu prazo maior, limitado a 60 meses. A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde possibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público. A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infanto-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEMMA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infanto-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Em 7 de abril de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo ao Plano Operacional ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de adotar as providências legais para a locação de imóvel comercial destinado ao abrigamento do CAPS Adulto, em prol do município de Mauá-SP, pela vigência de 36 meses. Em 25 de agosto de 2022 foi celebrado o Aditamento ao Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de prorrogar o período da sua vigência por mais 24 meses. Em 19 de abril de 2023, foi celebrado o Termo Aditivo do Plano Operacional, por objeto de adotar as práticas legais para a locação do imóvel comercial destinado ao abrigamento do Centro de Referência em Saúde – CRS, em prol do município de Mauá. Em 21 de agosto de 2024 foi assinado o Termo de Aditivo ao Termo de Acordo Judicial. O presente Termo Aditivo tem como objeto a alocação adicional de recursos orçamentários no valor de R\$ 608.016,50 (seiscentos e oito mil, dezesseis reais e cinquenta centavos), destinados à cobertura dos custos excedentes ao orçamento originalmente previsto para o contrato de prestação de serviços de transporte de material biológico, análise e processamento de exames laboratoriais, abrangendo as esferas da Atenção Básica, Atenção Especializada e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Município de Mauá. No exercício de 2025, foram formalizados Termos Aditivos ao Termo de Acordo Judicial

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

referentes à suplementação orçamentária, denominados Suplementação I, II e III, destinados ao reforço dos recursos financeiros inicialmente pactuados, visando à continuidade e regularidade dos serviços de saúde no âmbito do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM). Além dos Termos Aditivos específicos para suplementação orçamentária vinculada a prestadores de serviços, incluindo a empresa Biomega Medicina Diagnóstica Ltda, responsável por serviços de apoio diagnóstico e laboratorial, e a empresa C.A.P. Serviços Médicos Ltda, relacionados à prestação de serviços médicos, com o objetivo de cobertura de custos operacionais e adequação contratual às demandas assistenciais do município. Em 2025, foi celebrado Termo Aditivo ao Termo de Acordo Judicial relacionado à empresa SPX, com vistas à adequação das condições contratuais e garantia da continuidade dos serviços prestados no âmbito do contrato de gestão. Foram celebrados, ainda, Termos Aditivos de Retificação e Ratificação ao Termo de Acordo Judicial, com a finalidade de promover ajustes formais, correções e consolidação das condições previamente estabelecidas, sem alteração substancial do objeto principal pactuado. Por fim, no exercício de 2025, foi firmado contrato de doação de microcomputadores, destinado ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica das unidades de saúde vinculadas ao COSAM, contribuindo para a melhoria dos processos assistenciais e administrativos.

2 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Entidade realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

(ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

- (d) **Ativo circulante**
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
- (e) **Imobilizado e bens de terceiros**
Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
- (f) **Passivo circulante**
Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- (g) **Provisão para demandas judiciais**
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo para demandas judiciais. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para demandas judiciais na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.
- (h) **Apuração do resultado**
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- 4 **Norma contábil emitida, mas ainda não vigente**
A principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Entidade é o CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações contábeis, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Entidade está avaliando os impactos desta norma na apresentação e divulgações das demonstrações contábeis.

5 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	381	334
Banco conta movimento	13	83
Aplicações financeiras	3.296.864	1.665.570
	3.297.258	1.665.987



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos *pro rata temporis*.

6 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

7 Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	1.211.405	694.729
Material médico hospitalar	1.085.593	639.907
Material de limpeza e higiene	60.545	58.979
Material de manutenção	161.015	96.940
Outros materiais	65.769	7.048
	2.584.327	1.497.603

8 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.

9 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

10 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

11 Obrigações fiscais

Descrição	2025	2024
COFINS retido de serviços a recolher	5.372.689	5.207.763
INSS retido de serviços a recolher	191.654	93.995
IRRF retido de serviços a recolher	1.910.474	1.719.913
CSLL retido de serviços a recolher	123.750	68.796
PIS retido de serviços a recolher	80.437	44.707
IRRF retido de Aluguéis	23.614	26.046
	7.702.618	7.161.220



Diário Oficial Eletrônico

do município de São Caetano do Sul | SP

QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2026

ANO 9

EDIÇÃO Nº 2453

Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

12 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Salários a pagar	5.371.122	5.312.944
Rescisões a pagar	-	37.441
IRRF a recolher	13.798.088	14.006.071
FGTS a recolher	18.351.313	18.056.040
INSS sobre autônomos a recolher	627.907	637.988
Empréstimo consignado a pagar	388.038	430.466
Outros	42.469	182.295
	38.578.937	38.663.245

13 Férias a pagar

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

14 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC e TAC.

15 Provisão para demandas judiciais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2025	2024
Trabalhista	3.635.139	2.125.646
Cível	2.038.958	4.770.305
	5.674.097	6.895.951

Passivos contingentes - risco de perda provável

A Entidade possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 34.053.858 e R\$ 18.725.848, não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2025	2024
Medicamentos	4.172.952	5.079.493
Material médico hospitalar	4.642.188	4.956.344
Órtese e prótese	836.036	685.307
Material de laboratório	-	135
Gases industriais e medicinais	507.150	540.543
Dieta enteral e parenteral	604.891	438.421
Material de limpeza e higiene	535.022	190.394
Outros materiais	65.328	118.668
	11.363.567	12.009.305

17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2025	2024
Serviços de informática	788.395	784.539
Serviços de refeitório	8.129.483	7.051.255
Locação de veículos e equipamentos	816.257	789.014
Serviços de lavanderia hospitalar	923.106	914.230
Serviços de manutenção de equipamentos	199.332	117.009
Serviços administrativos	2.413.957	2.613.731
Serviços de motorista	120	7.330
Outros serviços	78.006	40.321
	13.348.656	12.317.429

19 Administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Gêneros alimentícios	113.788	160.346
Material de conservação e reparo	83.032	384.241
Material de consumo administrativo	285.643	320.951
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.360.766	3.794.982
Outras despesas	574.175	197.932
	4.417.404	4.858.452



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

20 Contingências e despesas judiciais

Compreende basicamente a constituição do saldo da provisão para contingência trabalhista e cível, conforme o relatório do departamento jurídico que patrocina tais processos.

21 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	647.346	285.573
	647.346	285.573
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(24.182)	(26.902)
Juros e multas de mora	(14.422)	(1.724)
	(38.604)	(28.626)

22 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes
Presidente da Fundação do ABC

Heleno Teixeira Passetto
Contador
CRC 1SP220769/O-9

Lucas Martins Mazzini
Contador
CRC 1SP302163/O-7



Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e à vista do relatório da UNITY AUDITORES INDEPENDENTES, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação.

Santo André, 27 de abril de 2026.

Mario Lapas Tonani
Prefeitura de Santo André

Robson Tadeu de Almeida
Prefeitura de São Bernardo do Campo

Ane Grazielle Plonkoski
Prefeitura de São Caetano do Sul